



*BOLETIM 18 – Brasília, 25 de novembro de 2015*

## Centrais preparam ato pelo crescimento

*Ato será conjunto entre Centrais e empresários*

Trabalhadores e empresários se unem para lançar um compromisso pela retomada do crescimento econômico. A elaboração de um documento de propostas das Centrais Sindicais e do setor produtivo, que demarque as bases de um “Compromisso Permanente pelo Desenvolvimento”, foi alinhavada, em reunião nesta segunda (23) na sede do Dieese entre sindicalistas e representantes empresariais.

A reunião teve dirigentes da Nova Central, CUT, Força Sindical, UGT, CTB e CSB e representantes da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), Abimaq (Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos), Anfavea (Associação dos Fabricantes de Veículos), Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), Sindipeças (Sindicato da Indústria de Componentes para Veículos), Sinicon (Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada).

Também participaram integrantes do Clube de Engenharia, além do presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Murilo Celso de Campos Pinheiro.

### Retomada da empregabilidade



O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho **(foto)**, participou da última reunião das Centrais, representando a NCST, da qual é vice-presidente, quando apresentou o diagnóstico da situação de desemprego no país, especialmente no segmento da construção civil, e defendeu “entendimentos urgentes com o governo, o setor empresarial e demais instituições do país para retomar imediatamente a empregabilidade na economia nacional.”

*Fonte: Agência Sindical/Comunicação CONTRICOM*



## IBGE aponta desemprego de 8,9% no terceiro trimestre

O desemprego no país alcançou 8,9% no terceiro trimestre (julho, agosto e setembro) de 2015, informou nesta terça-feira (24) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a maior taxa da série iniciada em 2012. No trimestre anterior (abril, maio e junho), o indicador estava em 8,3%.

Os dados divulgados, que fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral (Pnad Contínua), indicam que a população desocupada no Brasil chegou a nove milhões de pessoas no trimestre que terminou em setembro.

A população ocupada, no terceiro trimestre, corresponde a 92,1 milhões de pessoas. A pesquisa indica, ainda, que cerca de 35,4 milhões de pessoas tinham, no terceiro trimestre, carteira de trabalho assinada no setor privado.

No terceiro trimestre do ano passado a taxa de desocupação foi 6,8%. A Bahia foi o estado que teve a maior taxa de desocupação (12,8%) e Santa Catarina a menor (4,4%). Entre os 27 municípios das capitais, Salvador registrou a maior taxa de desemprego (16,1%) e o Rio de Janeiro a menor (5,1%).

### Rendimento

Os dados da Pnad Contínua indicam que o rendimento médio real habitual dos trabalhadores caiu 1,2% no terceiro trimestre deste ano, passando de R\$ 1.913 (no segundo trimestre) para R\$ 1.889, mas ficou estável em relação ao terceiro trimestre do ano passado, quando esse rendimento médio real era R\$ 1.890.

Segundo o IBGE, entre as grandes regiões, o Sudeste mostrou o maior rendimento médio (R\$

2.189) e o Nordeste o menor (R\$ 1.284). Já entre as unidades da Federação, o Distrito Federal foi o que registrou no trimestre deste ano o maior rendimento médio, com R\$ 3.512 e o Maranhão o menor (R\$ 993).

Entre as capitais, Vitória (ES) registrou o maior rendimento médio, com R\$ 3.782. São Luís (MA) ficou com o menor: R\$ 1.519. Já o maior rendimento entre as regiões metropolitanas foi registrado em São Paulo (R\$ 2.920).

### Desocupação

Os dados da Pnad Contínua indicam que as mulheres representavam no final do terceiro trimestre deste ano 51,2% da população desocupada do país. Os adultos na faixa etária entre 25 a 39 anos de idade representavam a maioria dos desocupados, chegando a 37% do total. Mais da metade (51,2%) das pessoas desocupadas tinham concluído pelo menos o ensino médio. Já o percentual de desocupados entre aquelas com nível superior completo representavam apenas 8,8% do total de 9 milhões de pessoas.

O IBGE ressalta, porém, que embora as mulheres sejam maioria na população em idade de trabalhar, entre as pessoas ocupadas predominam os homens (56,9%). Isto se dá em todas as regiões. No terceiro trimestre deste ano, entre os ocupados, 13,2% eram jovens de 18 a 24 anos, enquanto as faixas de 25 a 39 anos e de 40 a 59 anos de idade, somadas, representavam 77,5%.

O setor privado respondia, no fechamento do terceiro trimestre deste ano, por 72,2% do total da população ocupada do país, que fechou o setembro deste ano em 92,1 milhões de pessoas. Deste total, cerca de 77,7% tinham carteira de trabalho assinada.

*Fonte: Agência Brasil*



## Fórum de Debates sobre políticas de emprego se reúne em dezembro

O ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto (*foto*), marcou para quarta-feira (09/12), em Brasília, a próxima reunião do Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social. No encontro, as centrais sindicais e entidades empresariais apresentam proposta de agenda para a retomada do crescimento econômico e desenvolvimento do país.

“Esse é um debate fundamental. É preciso recuperar nossa capacidade de crescer e preservar o emprego e a renda no país. E isso será facilitado se conseguirmos organizar uma agenda que mobilize a sociedade, unindo trabalhadores, empresários e o governo”, afirma Rossetto.

**Serviço:** Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social

**Quando:** Dia 09 de dezembro 2015

**Horário:** 10 às 12h

**Local:** MTPS - Brasília

Fonte: MTE

## Levy nega decisão para adiar reajuste do salário mínimo em 2016

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, negou nesta terça-feira (24) que o governo tenha tomado uma decisão em relação à data de reajuste do salário mínimo no próximo ano. Ao sair de um evento de premiação, ele disse que houve apenas estudos de técnicos do Congresso Nacional em relação ao tema, sem que o governo tenha acatado a sugestão de adiar por seis meses o aumento do salário mínimo em 2016 e o reajuste para os servidores federais.

Levy, no entanto, cobrou urgência na aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). “Não tem plano do governo nesse sentido [de adiar o reajuste do mínimo]. A ideia do governo é a gente dar atenção ao gasto. Tratar da reforma da Previdência e recriar a CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira]. O Brasil precisa de um Orçamento forte, robusto, que nos prepare para 2016 ser um ano de crescimento”, disse.

Segundo o ministro, até agora, apenas houve uma sugestão da área técnica do Congresso Nacional, que elaboraram cenários alternativos para conter os gastos públicos caso o Congresso atrase a aprovação do pacote de ajuste fiscal. “Alguns técnicos do Legislativo apontaram alguns números. Só disso que tenho conhecimento. Não tem nada de mais. É um exercício aritmético, que adquire maior ressonância à medida que outras ações não avançaram no ritmo necessário”, explicou.



Segundo reportagem publicada segunda-feira (24) pelo jornal O Globo, o governo estuda postergar para junho o reajuste do salário mínimo, tradicionalmente feito em janeiro. O aumento dos servidores federais passaria de agosto para dezembro do próximo ano. Em setembro, a equipe econômica tinha adiado o reajuste salarial de 2016 de janeiro para agosto.

Levy também cobrou o engajamento do PT e dos partidos da base aliada em relação ao pacote de ajuste fiscal. “É importante ter clareza. Temos de procurar meios. A base de apoio ao governo, incluindo o PT, tem que se mobilizar pelo Brasil. Não apenas pela Presidência, mas pelo Brasil”, afirmou.

De acordo com o ministro, as medidas de corte de gastos e a recriação da CPMF são essenciais para que o país volte a economizar para pagar os juros da dívida pública, tendo superávit primário a partir do próximo ano. “Para a gente ter o [resultado] fiscal que o Brasil precisa, com o Orçamento e receita que o Brasil precisa. Para não surgirem outras ideias mais difíceis. Porque se não tratar o que temos que tratar, elas daqui a pouco aparecem”, declarou.

Levy fez as declarações após cerimônia de entrega do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, na Embaixada de Portugal, em Brasília. O prêmio foi concedido pela Federação Brasileira das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) em parceria com a Escola de Administração Fazendária (Esaf).

*Fonte: Agência Brasil*

## **Contrato celebrado com instituição de previdência privada não integra contrato de trabalho**

“Dada a autonomia entre o contrato de trabalho e o contrato de previdência complementar, mesmo se eventualmente reconhecida a natureza salarial de determinada parcela, não se seguirá o direito à sua inclusão nos proventos de aposentadoria complementar se não integrante do benefício contratado”.

Esse foi o entendimento adotado pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em julgamento de recurso especial interposto pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Elos), condenada a rever aposentadoria de um beneficiário que teve seus proventos aumentados em razão de diferenças de promoções por antiguidade conferidas pela Justiça do Trabalho.

### **Desequilíbrio atuarial**

A sentença e o acórdão de apelação julgaram procedente o pedido do beneficiário sobre o fundamento de que os salários de contribuição considerados no cálculo do salário real de benefício do autor da ação (média aritmética dos últimos 36 meses) deveriam ser recalculados em decorrência das verbas salariais concedidas na ação trabalhista.

No STJ, a Elos alegou que o beneficiário já estava aposentado quando obteve o reconhecimento das diferenças salariais e que, como o pagamento do acréscimo pretendido não foi incluído no benefício contratado, o



reconhecimento judicial da majoração salarial acarretaria desequilíbrio atuarial aos planos de benefícios por ela administrados.

### **Jurisprudência**

A relatora, ministra Isabel Gallotti, votou pelo provimento do recurso. Segundo ela, a Constituição Federal, em seu artigo 202, parágrafo 2º, deixa claro que o contrato celebrado com instituição de previdência privada não integra o contrato de trabalho.

Gallotti citou ainda as Leis Complementares 108 e 109, ambas de 2001, que, segundo ela, revelam a criação do sistema de previdência complementar brasileiro como um modo de manter o equilíbrio econômico financeiro, e não de instituir a paridade de vencimentos entre empregados ativos e aposentados.

A ministra também lembrou que a Segunda Seção do STJ, “diante de diversos outros pedidos de inclusão de parcelas ditas salariais nos proventos de complementação de aposentadoria pagos por entidades fechadas de previdência privada, consolidou o entendimento de que, no regime de previdência privada, não se admite a concessão de benefício algum, seja oriundo de verba de natureza salarial ou indenizatória, sem a formação da prévia fonte de custeio, de forma a evitar o desequilíbrio atuarial nos correspondentes planos de benefícios”.

*Fonte: STJ*

## **Processo eletrônico na Justiça do Trabalho de Brasília**

Uma solenidade celebrará uma data histórica para a Justiça do Trabalho da Décima Região no dia 26 de novembro. Magistrados, servidores e advogados irão presenciar a instalação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) em todas as Varas de Brasília. O evento acontecerá às 17 horas, no auditório Coqueijo Costa, do Foro de Brasília, localizado na quadra 513 da Asa Norte.

Na ocasião, será protocolada a primeira ação pelo PJe-JT na Capital Federal. Durante a cerimônia, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10), desembargador André Damasceno, discursará aos presentes, assim como o vice-presidente da Corte e coordenador regional de implantação do sistema na Décima Região, desembargador Pedro Foltran.

### **Varas 100% eletrônicas**

As Varas do Trabalho de Brasília começarão a tramitar virtualmente processos em fase de conhecimento, o que significa que reclamações trabalhistas agora somente poderão ser ajuizadas por meio do PJe-JT – sistema que já opera nas unidades para processos em fase de execução. Com isso, toda a Décima Região estará operando 100% eletronicamente, encerrando o projeto iniciado em março de 2012.

*Fonte: TRT 10ª Região*



## Assessor do Ministério do Trabalho é preso por cobrar registro de sindicato

A Polícia Federal prendeu em flagrante, na manhã desta segunda-feira (23), em Caxias do Sul (RS), na Serra gaúcha, um assessor do Ministério do Trabalho suspeito de receber dinheiro para agilizar o registro de um sindicato. De acordo com o ministério, o servidor Fábio Battistello foi exonerado.

Segundo a PF, Battistello solicitava e recebia vantagem indevida em troca de liberação de procedimento de registro do Sindicato dos Promotores de Vendas da cidade gaúcha. O sindicato denunciou o caso à gerência regional da pasta, que acionou a polícia.

O preso vai responder por corrupção passiva. O Ministério do Trabalho instaurou um processo administrativo disciplinar contra ele.

*Fonte: Portal EBC*

### **AGENDA PRESIDENTE**

#### **FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO**

#### **Dias 27 a 29 de novembro**

Local: São Paulo (SP), onde participa, representando a CONTRICOM, no dia 27, da solenidade de inauguração da nova sede da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) de São Paulo. Mazinho é o atual vice-presidente nacional da Nova Central.

#### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

***Francisco Chagas Costa – Mazinho***

Redação e Edição

***Instituto Dois Candangos (DF)***